



*[Handwritten signature]*  
*AC*

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**E**  
**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**Acordo de Colaboração para a Requalificação e Modernização das  
Instalações da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira - 1.ª Fase**

O Estado, através do Ministério da Educação, neste ato representado por S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão, que outorga o presente instrumento no exercício das competências que lhe estão delegadas pelo Despacho n.º 1009-A/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro;

e,

O Município de Vila Nova de Cerveira, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira João Fernando Brito Nogueira;

Celebram entre si o presente Acordo de Colaboração com base no disposto no artigo 17.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 319/2001, de 10 de dezembro, que estabelece o Regime de Celebração de Contratos-Programa, bem como do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2016, de 17 de agosto; e, para os efeitos previstos no artigo 12.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 39.º, n.º 2, da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho, pela Portaria n.º 190-A/2015, de 26 de junho, e pela Portaria n.º 148/2016, de 23 de maio, pela Portaria n.º 311/2016, de 12 de dezembro e pela Portaria n.º 2/2018, de 2 de fevereiro que aprovou o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, nos seguintes termos:



Cláusula 1.<sup>a</sup>

Objeto

O presente Acordo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira, doravante designada Escola, a executar no âmbito do Programa Operacional Regional Norte 2020.

§ Único – A intervenção de modernização das instalações da Escola terá caráter parcial, considerando a pertinência de executar a verba consignada para este efeito no Pacto Territorial para o Desenvolvimento e Coesão da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, insuficiente para a requalificação e modernização integral deste estabelecimento de ensino; sem prejuízo de ficar definido em sede de projeto, desde já, um plano de trabalhos que preveja as fases de investimentos posteriores à agora acordada.

Cláusula 2.<sup>a</sup>

Competências do Ministério da Educação

Ao Ministério da Educação compete:

- a) Apoiar, através da Direção de Serviços da Região Norte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a solicitação do Município de Vila Nova de Cerveira, na definição do programa de intervenção de requalificação e modernização das instalações da Escola;
- b) Dar parecer tempestivo sobre os projetos de arquitetura e de especialidades para a requalificação e modernização das instalações da Escola;
- c) Apoiar os órgãos de administração e gestão do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira, no desenvolvimento regular das atividades letivas;
- d) Transferir para o Município de Vila Nova de Cerveira o montante de € 8.100,78 (oito mil e cem euros e setenta e oito cêntimos) para pagamento de metade do valor da contrapartida pública nacional da empreitada de ampliação e modernização da Escola, nos seguintes termos:



- i. No ano económico de 2018, o montante de € 4.050,39 (quatro mil e cinquenta euros e trinta e nove cêntimos);
  - ii. No ano económico de 2019, o montante de € 4.050,39 (quatro mil e cinquenta euros e trinta e nove cêntimos).
- e) Sem prejuízo do disposto no número anterior, transita para o ano económico subsequente o montante que eventualmente não seja transferido devido a atrasos na execução da empreitada.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### Competências do Município de Vila Nova de Cerveira

Ao Município de Vila Nova de Cerveira compete:

- a) Assegurar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para a requalificação e modernização do edifício e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da Escola;
- b) Solicitar tempestivamente os pareceres dos serviços do Ministério da Educação previstos no Aviso para Apresentação de Candidaturas respetivo;
- c) Obter todos os pareceres legalmente exigíveis;
- d) Assumir o encargo com comparticipação pública nacional da empreitada de requalificação e modernização das instalações da Escola, no montante que exceda o valor previsto na alínea d) da cláusula 2.<sup>a</sup>, resultante do valor de adjudicação, de eventuais custos adicionais e de revisão de preços;
- e) Assegurar a posição de dono da obra, lançando os procedimentos de acordo com os projetos aprovados pelos Serviços do Ministério da Educação, adjudicar as obras nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, bem como garantir a fiscalização e a coordenação da empreitada;
- f) Garantir o financiamento da empreitada e o pagamento ao adjudicatário, através de dotações orçamentais inscritas, aprovadas e visadas nos termos legais.

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### Despesas com as obras de modernização da Escola

- a) O custo da empreitada de beneficiação da Escola, mapeado nos Pactos Territoriais para o Desenvolvimento e Coesão para a Comunidade Intermunicipal da Região Alto Minho, é estimado em € 108.010,31 (cento e oito mil, dez euros e trinta e um cêntimos).



- b) O Ministério da Educação paga ao Município de Vila Nova de Cerveira, por conta da boa execução da empreitada, o montante de € 8.100,78 (oito mil e cem euros e setenta e oito cêntimos), correspondente a 7,5% do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, previsto na alínea d) da cláusula 2.<sup>a</sup>, através da dotação orçamental do Plano de Investimentos do Ministério da Educação.
- c) O Município de Vila Nova de Cerveira suporta o montante remanescente da contrapartida pública nacional, estimado em de € 8.100,77 (oito mil e cem euros e setenta e sete cêntimos), correspondente a 7,5% do custo estimado da empreitada e a metade da contrapartida pública nacional, através das rubricas orçamentais respetivas.
- d) Para efeitos do disposto na alínea b), o Município de Vila Nova de Cerveira envia ao Ministério da Educação os autos de medição da empreitada, devidamente aprovados, dispondo este do prazo de 30 dias para proceder ao respetivo pagamento até ao limite do montante previsto para cada ano na alínea d) da cláusula 2.<sup>a</sup>.
- e) Os restantes 85%, no valor máximo de € 91.808,77 (noventa e um mil, oitocentos e oito euros e setenta e sete cêntimos) são suportados por verbas advindas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Operacional Regional Norte 2020.

#### Clausula 5.<sup>a</sup>

##### Acompanhamento, controlo e incumprimento na execução do Acordo

1. Com a assinatura deste Acordo é constituída uma comissão de acompanhamento composta por um representante do Ministério da Educação, designado pela Direção de Serviços da Região Norte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, um representante do Município, por este designado, e pelo Diretor do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira.
2. À comissão referida no número anterior cabe coordenar a execução da empreitada com o desenvolvimento regular das atividades letivas.
3. O presente Acordo pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo entre as partes outorgantes.
4. Ambas as partes têm os deveres e direitos de consulta e informação recíprocos, bem como de pronúncia sobre o eventual incumprimento do Acordo.



5. O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes no presente Acordo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.
6. Sem prejuízo do estipulado nas alíneas anteriores, o incumprimento pelo Município de Vila Nova de Cerveira das responsabilidades constantes da Clausula 3.<sup>a</sup> determina a resolução do presente Acordo, não podendo este exigir, seja a que título for, compensação ou indemnização a pagar pelo Ministério da Educação por encargos em que tenha incorrido para a sua execução.

Clausula 6.<sup>a</sup>

Prazo de vigência

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até à receção da empreitada.

Clausula 7.<sup>a</sup>

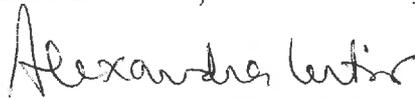
Publicação

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei 384/87, de 24 de dezembro, fica o segundo outorgante responsável pela remessa para publicação na 2.<sup>a</sup> série do Diário da República do presente acordo.

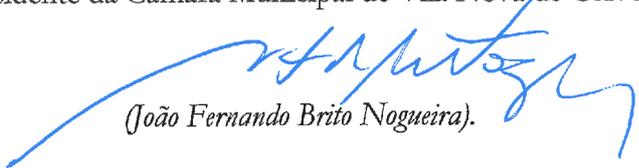
O presente Acordo de Colaboração é celebrado em dois exemplares originais, ficando um na posse do Ministério da Educação e outro na posse do Município de Vila Nova de Cerveira.

Vila Nova de Cerveira, 25 de julho de 2018,

A Secretária de Estado Adjunta e da Educação,

  
(Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão);

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira,

  
(João Fernando Brito Nogueira).